

CORREIO NACIONAL

Fábio Rodrigues Pozzebom/ Agência Brasil



A organização alega sofrer retaliação

Toffoli retira sigilo de investigação envolvendo ONG

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, retirou, nesta terça-feira (6), o sigilo da ação que investiga suposta apropriação indevida, pela organização Transparência Internacional, de recursos provenientes de acordos de leniência firmados no âmbito da Operação Lava Jato. "Diante da publicidade dada aos presentes autos, verifico que não mais se justifica a manutenção do sigilo inicialmente imposto, devendo a Secretaria Judiciária acautelar, em anexos próprios, apenas aqueles

documentos que porventura aporem aos autos futuramente e as decisões que estejam revestidas de sigilo pelo Relator. Publique-se", escreveu o ministro no despacho. A atuação da organização também é alvo de investigação da Corregedoria Nacional de Justiça, vinculada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tramita em sigilo. A Transparência Internacional nega ter recebido ou gerido fundos oriundos de multas pagas por empresas condenadas na Lava Jato.

Nota

Em nota divulgada ontem (06), a ong também afirma que tem sofrido retaliação por trabalhar contra a corrupção no Brasil. De acordo com a entidade, a decisão do ministro de investigá-la foi tomada com base em informações falsas e imprecisas e após a instituição divulgar o ranking global de corrupção.

Multas da J&F

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, também levantou o sigilo no processo em que decidiu pela suspensão do pagamento das multas no valor de R\$ 10,3 bilhões aplicadas à J&F. Esse pagamento faz parte do acordo de leniência firmado com o Ministério Público Federal (MPF).

Xingu

O MPF por meio da Procuradoria da República no município de Altamira, no Pará, pediu a anulação do Contrato de Concessão de Uso de área de 2.428 hectares em favor da mineradora canadense Belo Sun. A concessão foi firmada com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

"Saidão"

A Comissão de Segurança Pública do Senado aprovou nesta terça-feira (6) projeto de lei que acaba com a concessão do benefício da saída temporária a presos, mantendo apenas para que possam estudar. Os parlamentares aprovaram urgência para votação em plenário, sendo assim, não passará pela CCJ.

Trabalho

O Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Federal e o MP-SP entraram com uma ação civil pública, na segunda-feira (5) contra a Prevent Senior, pedindo o pagamento de indenização por dano moral e social coletivo na Justiça do Trabalho por assédio moral e irregularidades no meio ambiente de trabalho.

Justiça

Caso a empresa seja condenada deverá pagar R\$ 940 milhões, valor que pode ser destinado a favorecer órgãos públicos, entidades, instituições ou projetos que previnam ou recuperem danos sofridos pela coletividade. Na avaliação dos Ministérios Públicos o valor deve considerar vários itens.

Anvisa

A Anvisa enviou ao Instituto Butantan, nesta terça-feira (6), um ofício informando que adotará todas as estratégias possíveis para apoiar a ampliação do acesso célere à vacina contra a dengue com qualidade, eficácia e segurança. E disponibilizou ainda um canal para atendimento ao instituto.

Butantan

Para isso, será adotado o procedimento da submissão contínua para avaliar o dossiê técnico com os dados e demais requisitos da vacina Butantan-DV, composta pelos quatro sorotipos do vírus da dengue atenuados (DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4), desenvolvida pelo instituto de São Paulo.

Anac

A ANAC e a Autoridade de Aviação Civil do Canadá assinaram um novo Acordo Técnico para Manutenção. O documento descreve os termos e condições para a aceitação e reconhecimento recíproco de organizações de manutenção de produtos aeronáuticos.

Parceria

Ao longo de mais de 20 anos de cooperação na área de manutenção, as empresas desenvolveram confiança mútua em seus sistemas regulatórios e nos processos de fiscalização. Essa confiabilidade possibilitou que buscassem, juntas, simplificar processos de certificação.

Sete milhões de famílias devem atualizar CadÚnico

Não regularização pode resultar no cancelamento de benefícios

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) informou nesta segunda-feira (5) que cerca de 7 milhões de famílias, entre beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família, devem atualizar seus dados no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal, o CadÚnico.

A medida faz parte da ação contínua de Qualificação Cadastral, que engloba dois processos, o de Averiguação Cadastral (AVE24) e o de Revisão Cadastral (REV24), conforme legislação.

Os dados devem refletir a realidade das famílias em vulnerabilidade, para que sejam usados para formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas. As atualizações dos dados também servem para prevenir fraudes no recebimento de benefícios e melhorar o acesso a algum dos 36 programas federais que usam os dados do CadÚnico para inclusão de beneficiários.

Na Averiguação Cadastral, são verificadas as informações prestadas pelas famílias no momento do cadastramento, que apresentaram algum indício de inconsistência, seja de renda, de declaração de vínculo empregatício ou de composição familiar. Já



Roberta Aline/MDS

Medida faz parte da ação de Qualificação Cadastral, refletindo na realidade das famílias

a Revisão Cadastral, abrange as famílias que estão com o cadastro desatualizado há mais de 2 anos.

O ministério esclareceu que uma mesma família pode estar nos dois processos de qualificação, dependendo da situação. E de acordo com a pasta, este ano, a maior parte das famílias na mira do governo federal está com os registros sem atualização há mais de 24 meses.

As famílias inscritas, apon-tadas na Ação de Qualificação Cadastral de 2024, estão sendo

comunicadas por meio mensagens no aplicativo do CadÚnico, disponível para smartphones nos sistemas Android e IOS e pela internet. Além desses meios, a comunicação às famílias beneficiárias do Bolsa Família também conta com mensagens nos aplicativos do programa, no Caixa Tem e no extrato de pagamento dos benefícios.

As famílias beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica também podem ser comunicadas por meio de mensagem na fatura

da conta de energia elétrica.

Após a notificação, os responsáveis pelas famílias devem procurar pessoalmente o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) no município onde vive ou o setor da prefeitura responsável pela gestão municipal do CadÚnico, para atualizar os dados do núcleo familiar.

Em caso de dúvida sobre localização desses postos de atendimento, o MDS disponibiliza um site para o cidadão buscar o Cras mais próximo.

Exploração sexual infantil bate recorde

As denúncias da presença de imagens de abuso e exploração sexual infantil na internet bateram recorde em 2023 – resultado é o maior da série histórica, iniciada em 2006. Foram 71.867 queixas no ano passado, número 28% superior ao recorde anterior, registrado em 2008 (56.115 denúncias). Em relação a 2022, houve alta de 77,1%. Os dados, divulgados hoje (6), são da organização não governamental (ONG) Safernet.

Segundo a ONG, três fatores principais motivaram o aumento das denúncias de imagens de abuso e exploração sexual infantil: as demissões em massa realizadas pelas big techs, que atingiram as equipes de segurança, integridade e moderação de conteúdo de algumas plataformas; a proliferação da venda de imagens de nudez e sexo autogeradas por adolescentes; e o uso de inteligência artificial para a criação desse tipo de conteúdo.

As denúncias de imagens de abuso e exploração sexual infan-

til, somadas a outras violações de direitos humanos ou crimes de ódio na internet (xenofobia, tráfico de pessoas, intolerância religiosa, neonazismo, apologia a crimes contra a vida, racismo, LGBTfobia, e misoginia) também foram recorde. Em 2023, a Safernet recebeu um total de 101.313 queixas – o recorde anterior, registrado em 2008, totalizou 89.247 denúncias.

Entre os crimes de ódio praticados na internet destacaram-se as altas, em relação a 2022, de 252,25% das denúncias de xenofobia, e de 29,97% de intolerância religiosa na rede. De acordo com a ONG, o crescimento das queixas desses dois crimes está atrelado à guerra na Faixa de Gaza, na Palestina, no Oriente Médio.

Houve queda no número de denúncias de três crimes de ódio entre 2023 e 2022: racismo, que caiu 20,36%; LGBTfobia, -60,57% e misoginia, -57,56%. Segundo a Safernet, a queda nas denúncias desses tipos de crimes em 2023 já era esperada.

STF

1ª Turma julga extradições na primeira sessão presencial

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) realizou nesta terça-feira (6) sua primeira sessão presencial de 2024. Por unanimidade, o colegiado autorizou a extradição de um cidadão português (EXT 1821) e de um cidadão colombiano. Os processos foram relatados pela ministra Cármen Lúcia. O colegiado verificou que os pedidos atendem aos requisitos estabelecidos na Lei de Migração (Lei 13.445/2017), entre eles a correspondência dos crimes com delitos previstos na legislação brasileira (dupla tipicidade). Nos casos analisados, os cidadãos estrangeiros foram condenados pelo crime de estupro em seus países.

STJ

Sexta Turma assegura prisão domiciliar de mulher trans

Nesta terça-feira (6), a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu habeas corpus para garantir a uma mulher transgênero o direito de permanecer em prisão domiciliar. O benefício havia sido revogado em primeiro grau, com a determinação de que ela se apresentasse a um presídio de Criciúma (SC) destinado apenas a presos masculinos. A mulher cumpria pena em regime domiciliar em Criciúma, mas o juízo da execução penal de Florianópolis determinou que ela escolhesse entre retornar à capital – condição para manter a prisão domiciliar – ou permanecer em Criciúma, caso em que deveria se apresentar voluntariamente ao presídio masculino.

TSE

Vera Lúcia e Villas Bôas Cueva são empossados

Os novos ministros substitutos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Vera Lúcia Santana Araújo e Ricardo Villas Bôas Cueva, tomaram posse em solenidade realizada nesta terça-feira (6), no Gabinete da Presidência da Corte, em Brasília. A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Tribunal, ministro Alexandre de Moraes. Segunda mulher negra a ocupar uma cadeira de ministra do TSE, Vera Lúcia assume, por um biênio, uma das vagas destinadas à classe dos juristas, podendo ser reconduzida por igual período. Vera Lúcia foi nomeada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro do ano passado.

TCU

Tribunal aponta fragilidades no Plano Plurianual

O Tribunal de Contas da União (TCU) acompanhou a aprovação do projeto de lei que se tornou o PPA 2024-2027.

Sob a relatoria do ministro Jorge Oliveira, a Corte de Contas identificou fragilidades e oportunidades de aprimoramento do novo plano plurianual. O TCU indicou atenção especial para 'Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade' e 'Enfrentamento da Emergência Climática'. O objetivo é contribuir para a melhoria do processo de planejamento governamental de forma a obter um plano que reflita as prioridades de governo, atendendo aos preceitos constitucionais.

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Previsão é investir cerca de R\$ 4,7 bilhões neste ano

Corredores do agro recebem investimentos

O governo federal anunciou a ampliação de 30% no total de recursos públicos investidos na infraestrutura dos chamados corredores do agro, que são as rodovias e ferrovias usadas para exportação dos principais produtos do agronegócio brasileiro.

De um total de R\$ 3,6 bilhões investidos em 2023, o governo prevê investir R\$ 4,7 bilhões neste ano. Em 2022, ainda segundo o Ministério dos Transportes, foi investido R\$ 1,9 bilhão nos corredores do agro.

"O teto de gastos transfor-

mou o Brasil no país que menos investiu entre todas as economias relevantes. Se investe pouco, obviamente a infraestrutura piora. Agora ela está voltando a melhorar, mas ainda está recuperando um passivo desses últimos anos", argumentou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Criado em 2016 durante o governo de Michel Temer, o teto de gastos limitou o aumento das despesas públicas à variação da inflação. No ano passado, o mecanismo foi substituído pelo novo arcabouço fiscal.